

**RtPaut no RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.919 - SP (2018/0286944-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**REQUERENTE** : JOSÉ ROBERTO DE CAMARGO ÓPICE  
**REQUERENTE** : NEI SCHILLING ZELMANOVITS  
**ADVOGADO** : RAQUEL CRISTINA RIBEIRO NOVAIS E OUTRO(S) - SP076649  
**ADVOGADA** : CRISTIANE ROMANO FARHAT FERRAZ - SP123771  
**ADVOGADOS** : DANIELLA ZAGARI GONÇALVES - SP116343  
MARCO ANTÔNIO GOMES BEHRNDT - SP173362  
MARCELO PAULO FORTES DE CERQUEIRA - SP144994  
FERNANDO CÉSAR GOMES DE SOUZA - SP267145  
DANIEL MONTEIRO PEIXOTO - SP238434  
**ADVOGADA** : JANAINA SANTOS CASTRO - DF046175  
**REQUERIDO** : FAZENDA NACIONAL  
**INTERES.** : MARCO DOMIZIO ZAPPAROLI  
**INTERES.** : ILOGISTIX DO BRASIL LTDA  
**INTERES.** : AMAURY GONCALVES VALENCA FILHO

**DESPACHO**

Na petição protocolada em 26/11/2019, JOSÉ ROBERTO DE CAMARGO ÓPICE E NEI SCHILLING ZELMANOVITS pleiteiam a retirada do feito da pauta do julgamento virtual, haja vista que "deve-se garantir aos patronos dos Agravantes o direito de participarem da sessão de julgamento, a fim de, eventualmente, esclarecerem algum ponto dos fatos ou levantarem questão de ordem, direitos estes que, certamente, restarão ceifados, caso o recurso permaneça na pauta para julgamento virtual" (e-STJ fl. 601).

Os requerentes sustentam que "Não há qualquer prova de que tenham sido os Agravantes os autores da infração apontada pela Recorrida que justificaria a incidência do artigo 135 do CTN" e que "a matéria discutida não demanda a reapreciação de fatos, provas ou cláusulas contratuais, mas tão somente a interpretação de teses jurídicas que são reiteradamente examinadas por esta A. Corte".

Por fim, "os Agravantes manifestam sua oposição ao julgamento virtual do Agravo Interno interposto às fls. 551-589 e-STJ, requerendo sua retirada de pauta da sessão virtual de julgamento a ser iniciada no dia 03.12.19, com a consequente inclusão em pauta de julgamento físico/presencial para o devido acompanhamento da sessão, bem como para que seja oportunizado aos Agravantes tempo hábil para realização de audiências para esclarecimentos necessários junto aos demais Ministros que compõem a C. 1ª Turma" (e-STJ fl. 601).

Analisando a postulação, não vislumbro nenhuma excepcionalidade que recomende o julgamento presencial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Isso porque o julgamento eletrônico do recurso não impede uma análise acurada pelos Ministros integrantes do respectivo Órgão julgador, visto que, nos moldes do art. 184-E do RISTJ, terão o prazo de sete dias corridos para decidir, sendo certo, ainda, que poderão se manifestar pela não concordância com tal modalidade de julgamento (art. 184-F, § 2º, do RISTJ).

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator